



ILMO. SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DIGNÍSSIMOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Câmara Municipal de Londrina – Estado do Paraná

REF.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024

DATACENTRICS INTEGRADOR MULTINUVEM LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.303.726/0001-42, estabelecido na Av. Carlos Gomes, n. 1672, sala 07-106, bairro Três Figueiras, Município de Porto Alegre, RS, vem, respeitosamente e tempestivamente, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão que declarou habilitada a empresa OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, inscrita no CNPJ n. **76.535.764/0001-43**, passando a aduzir e, ao final, requerer o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

No dia 17 de outubro do ano corrente, a empresa Recorrente **DATACENTRICS**, participou da licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 09/2024, promovido pela Câmara Municipal de Londrina – Estado do Paraná, cujo objeto é a *“Contratação de serviços de computação em nuvem pública, sob o modelo de cloud broker (integrador), serviços técnicos especializados e treinamento”*.

Após a fase de disputa, negociação, apresentação de propostas e habilitação, a empresa OI foi declarada HABILITADA e vencedora do certame, pelo valor de R\$ 641.069,44 (seiscentos e quarenta e um mil, sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

No entanto, diante das irregularidades perpetuadas na proposta da empresa vencedora, faz-se necessária uma análise pormenorizada, a fim de que, ao final, seja a empresa declarada inabilitada.



II – DA NECESSIDADE DE REVISÃO DA DECISÃO

II.a – DA PROPOSTA DE PREÇO – DO DÓLAR PTAX/REMUNERAÇÃO BROKER COM NOTÓRIA INEXEQUIBILIDADE

Ao analisar a documentação apresentada pela Recorrida, precisamente à proposta readequada, vislumbra-se uma discrepância atinente aos preços ofertados.

A empresa arrematante OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL venceu a disputa ofertando o montante de R\$ 641.069,44 (seiscentos e quarenta e um mil, sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) pelo valor global, ou seja, 36 (trinta e seis) meses de contrato; sendo o mesmo evidentemente inexecutável.

Inicialmente, para demonstrar, vejamos o que dispõe os ESCLARECIMENTOS formulados por empresas licitantes do presente pregão – os quais são vinculativos ao instrumento convocatório:

Resposta à pergunta 2: Em relação ao seu questionamento sobre o valor do dólar na composição do lance, esclarecemos o seguinte: **Seu entendimento está correto.** Para fins de lance e formação da tabela de preço neste certame, **o valor do Dólar PTAX a ser considerado é R\$ 5,62,** conforme cotado no dia 08/08/2024. **Este valor de R\$ 5,62 será utilizado como referência fixa para a formação dos preços unitários e lances durante o pregão, independentemente da cotação do dólar PTAX no dia do certame.** Esta abordagem visa proporcionar uma base comum para comparação entre as propostas e garantir a isonomia entre os licitantes. Ressaltamos que, conforme indicado no item 4.4.2 do Termo de Referência, para fins de faturamento durante a execução dos serviços, será utilizada a cotação PTAX do dia do envio do pedido de ativação de serviços ou da ativação direta no console do CSP. Os licitantes devem considerar essa dinâmica ao formular suas propostas,



assegurando que a remuneração permaneça em um patamar viável ao longo da execução contratual.

Nota-se que a administração, ao responder o esclarecimento formulado, pontuou que “Este valor de R\$ 5,62 será utilizado como **referência fixa para a formação dos preços unitários e lances durante o pregão, independentemente da cotação do dólar PTAX no dia do certame.**”; ou seja, não há o que se falar à aceitação de proposta com dólar PTAX em R\$ 3,68 (proposto pela recorrida), notoriamente inferior ao disposto no dia do certame.

No caso concreto se configura uma disparidade relevante em vista de um parâmetro determinado. Ou seja, percebe-se a diferença inquestionável entre o preço – dólar - ofertado e os parâmetros utilizados para estimar os custos diretos e indiretos inerentes ao objeto contratual em questão.

Ademais, percebe-se que a licitante OI apresentou proposta readequada demonstrando que a remuneração do broker está negativa. Vejamos:

Os valores unitários para os itens 1 e 6 indicados acima são compostos nesta proposta conforme abaixo:

Lote	Item	Descrição dos serviços	Unidade	PTAX	Remuneração do Broker	Valor unitário
1	1	Computação em Nuvem CSP	USN CSP	R\$ 5,62	-R\$ 1,94	R\$ 3,68

* PTAX do dólar do dia 08/08/2024 em R\$ 5,62.

Ora, à hipótese de a Administração aceitar proposta com notória remuneração do broker NEGATIVA, estar-se-á corroborando para que a licitante apresente, de forma satisfatória, a exequibilidade da proposta.

A proposta da licitante OI apresenta valores que, em análise preliminar, revelam-se substancialmente inferiores à média das demais propostas, o que, por si só, justificaria um exame aprofundado de exequibilidade. **No entanto, a documentação apresentada pela empresa não demonstra como ela pretende assegurar o cumprimento do contrato com os valores irrisórios elencados.**



A Comprovação apresentada não explica adequadamente, por exemplo, a viabilidade dos preços ofertados, apresentando lacunas significativas. Além disso, os valores atribuídos à declaração, no que concerne a outros pregões, são de datas distantes à abertura do presente certame; fator que comprova, mais uma vez, a disparidade e insegurança no valor apresentado à Câmara Municipal de Londrina.

Uma mera declaração com dizeres superficiais não garantem que a proposta apresentada é, de fato, a mais vantajosa à Câmara; e a insuficiência do valor da remuneração pretendida pelo particular deve acarretar problemas que justificam a sua desclassificação, visto que induz à inviabilidade de sua execução. Além disso, como o problema reside na disparidade entre as estimativas de custo e aquelas contempladas na proposta pelo licitante, surge a presunção relativa da inexecuibilidade.

Portanto, o órgão deve produzir a inversão do ônus da prova. Isso significa que a Administração será dispensada do ônus de provar a inexecuibilidade e caberá ao particular provar a exequibilidade, e, caso não consiga, ocorrerá sua desclassificação. A prova disso far-se-á por meio de todos os meios admissíveis, compreendendo, basicamente, **documentos demonstrando os custos necessários à execução do objeto e evidenciando os motivos pelos quais o particular dispõe de condições para executar a prestação por valores inferiores aos estimados pela Administração.**

Reitera-se: a mera proposta readequada e comprovação de exequibilidade apresentada pela recorrida em momento oportuno **não contempla e tampouco assegura à administração que de fato o preço ofertado é exequível; pois, como dito alhures, O DÓLAR PTAX À ÉPOCA DA LICITAÇÃO CORRESPONDE À R\$ 5,62, sendo que o valor ofertado pela licitante foi de R\$ 3,68 (discrepância notória de 65,48%) e, a empresa apresentou remuneração do broker negativa, o que pode gerar percalços significativos no transcorrer do contrato ora pretendido.**

Além disso, as respostas formuladas pela Administração e vinculadas ao edital são cristalinas ao mencionar que o dólar PTAX deve ser fixo entre as propostas, ou seja, todas as empresas licitantes devem apresentar o valor de R\$ 5,62 ao item em questão; e por isso, a empresa recorrida deve ser desclassificada do certame por desatender o pleiteado.

II - b) DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS



A habilitação da empresa OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL viola os princípios norteadores das licitações públicas, ferindo regras estabelecidas na legislação vigente. Assim, tanto a Administração Pública quanto o licitante devem observar rigorosamente as disposições delineadas no Edital de maneira objetiva, a fim de atender a todos os pressupostos do instrumento convocatório: PRINCIPALMENTE AO QUE CONCERNE AO PREÇO OFERTADO PARA PRATICAR OS SERVIÇOS REQUERIDOS.

A Lei Geral de Licitações (14.133/21) é bem incisiva e clara quanto as propostas com preços manifestamente inexequíveis, explanando até o modal deontológico da proibição sobre o que fazer em casos assim. Vejamos:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

[...]

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

Respeitosamente, considerando-se a remuneração negativa do broker de – R\$ 1,94 e o valor do dólar à época em R\$ 5,62 e o ofertando pela licitante em R\$ 3,68, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoia completamente do estipulado pela Administração como parâmetro.

Além disso, salienta-se a **inexequibilidade** do valor proposto, levando em consideração a diferença notória de 65,48% do dólar utilizado no edital e da empresa licitante, bem como a remuneração negativa do broker; e, por valor inexequível, entende ser a doutrina como sendo:

“...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559).



Outrossim, por motivos de razoabilidade e proporcionalidade, e princípios correlatos à Administração, como da eficiência, o que precisa ser observado, é a possibilidade no mundo real de cumprimento do contrato administrativo quanto ao objeto do presente certame licitatório por parte da empresa vencedora.

A coletividade não pode ser prejudicada por eventual descumprimento das cláusulas de um edital e futuro contrato administrativo, tendo por fundamento, precípuo, as propostas inexecutáveis apresentadas.

Ademais, é preciso observar pelos licitantes os critérios legais e doutrinários supracitados, a fim de que seja garantido um mínimo de qualidade do serviço a ser prestado, atendendo perfeitamente às exigências do Edital.

Portanto, a apresentação da proposta com perceptível **valor unitário abaixo da PTAX utilizada no edital e remuneração negativa do broker**, configura o reconhecimento, por parte da Administração, de sua inexecutabilidade e consequente desclassificação do procedimento licitatório.

O TCE/MG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais) quando do julgamento do Processo n. 911.699 decidiu:

EMENTA: DENÚNCIA – NÃO OCORRÊNCIA DAS IRREGULARIDADES APONTADAS – ARQUIVAMENTO. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexecutáveis. Serão considerados inexecutáveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e serão considerados excessivos quaisquer valores que sejam superiores ao valor estimado pela contratante.

De se mencionar, por oportuno, que eventual vantajosidade pretendida não pode prevalecer em detrimento da segurança e certeza da execução adequada dos serviços. Isso porque, propostas 'pseudo vantajosas', que indicam valores inexecutáveis, podem se tornar fatores de produção de graves prejuízos.



A insuficiência da proposta de uma licitante pode resultar no atraso da execução do contrato, na necessidade de celebração de aditamentos contratuais para prorrogações de prazo e acréscimos de serviços, replanilhamentos, e, pior ainda, a precoce rescisão do contrato por inexecução, o que resulta na necessidade de instituição de novo processo licitatório ou contratação emergencial.

Assim, imperativo se mostra encontrar um equilíbrio entre a proposta financeiramente vantajosa e a segurança na execução dos serviços licitados. Ausente qualquer um desses requisitos haverá efetivo prejuízo ao erário – uma vez que se o contrato tiver valor muito baixo e não for executado, será, por consequência, danoso ao interesse público.

Ademais, salienta-se que o princípio da isonomia entre os licitantes, proeminente sobre os demais no presente caso, veda a existência de quaisquer privilégios ou tolerância de vícios e irregularidades para os participantes do certame. O referido princípio é decorrente da nossa Constituição Federal, sendo erigido como um dos basilares de nosso Estado de Direito, no caput do artigo 5º da Carta Magna:

"Art. 5º Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:"

No caso em comento, há flagrante violação ao princípio da isonomia, uma vez que todos os licitantes estão sujeitos ao mesmo tratamento, de sorte que, se o edital faz determinadas exigências, todos, de igual forma, devem se sujeitar a ela. Assim o tratamento diferenciado dado a Recorrida deve ser entendido como anti-isonômico.

Cumprе salientar, outrossim, que a prática de aceitação da proposta, habilitação e consequente homologação do certame à recorrida fere diretamente o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que é corolário do Princípio da Legalidade, e determina que **as licitações públicas devem seguir todas as normas e exigências contidas no edital**. Assim, tanto a Administração Pública quanto o licitante devem observar rigorosamente as disposições delineadas no Edital de maneira objetiva, a fim de atender a todos os pressupostos do instrumento convocatório.



Ou seja, as partes devem ATENDER PLENAMENTE O DISPOSTO NA RESPOSTA FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO AOS ESCLARECIMENTOS SUPRAMENCIONADOS: O valor de R\$ 5,62 será utilizado como **referência fixa para a formação dos preços unitários e lances durante o pregão, independentemente da cotação do dólar PTAX no dia do certame.**

O princípio da vinculação do instrumento convocatório constitui regra de segurança jurídica e, a partir do momento em que o instrumento convocatório é publicado, recebe força de lei, sendo, por isso, suas regras e disposições serem fielmente cumpridas pela Administração; qualquer alteração pode ferir a legalidade, a moralidade e outros princípios atinentes e aplicáveis. Trata-se, portanto, de uma garantia que deve ser concedida a todos os interessados e licitantes. Por isso, deverá ser levado em consideração o disposto em resposta aos esclarecimentos do presente instrumento; ou seja, referência fixa do valor de R\$ 5,62 para a PTAX à todas as licitantes!

Com base em tudo quanto fora demonstrado, e confiando em uma decisão justa e legal a ser produzida nos autos, requer seja tido como procedente os argumentos apresentados no sentido de DESCLASSIFICAR/INABILITAR a empresa OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL do certame em apreço, ante os motivos ora delineados na presente peça, como de direito, o que desde já se espera e requer.

III - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante todo o exposto, requer a Vossas Senhorias seja o presente recurso conhecido e provido, sendo reformada a decisão que declarou a empresa **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL** vencedora do certame, diante da afronta aos princípios do formalismo, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade, e por via de consequência, declarada inabilitada a empresa supracitada, por restar provado o não atendimento a exigências contidas no Edital e na legislação, principalmente pela manifesta apresentação de proposta inexecutável, atribuindo ao PTAX dólar inferior que o fixado pela administração e apresentando remuneração negativa do broker.

Termos em que,
Pede deferimento.

Porto Alegre, RS, 30 de outubro de 2024.



DATACENTRICS

DATACENTRICS INTEGRADOR MULTINUVEM

Eduardo Kaminski

Diretor Jurídico e Relacionamento